

III.—EL REINO DE GRANADA Y PORTUGAL

O PAPEL DE GRANADA NO HORIZONTE DA POLITICA PENINSULAR PORTUGUESA EM MEADOS DO SECULO XV

Luis ADAO DA FONSECA
Universidad do Porto

1. — Para qualquer estudioso das relações de Portugal com os outros reinos da Península Ibérica, sobressai, desde o princípio, um forte contraste no seio das informações documentais: por um lado, escasseiam as referências à monarquia granadina, e, por outro, são abundantes as relativas a Castela e a Aragão.

E sabido que os fundos arquivísticos muçulmanos são pobres para o período medieval; mas, é menos certo que tal ausência manifesta-se igualmente também da parte da Portugal.

A primeira vista, este silêncio pode levar-nos a inferir que Portugal e Granada, na Baixa Idade Média, tão próximos geograficamente, se encontravam na realidade de costas voltadas um para o outro. Até certo ponto, esta circunstância poderia justificar-se pela ausência de fronteiras comuns, e pelo facto de, no século XV, a diplomacia granadina se encontrar em grande parte condicionada pelo vizinho reino de Castela. Com efeito, as poucas informações existentes na documentação portuguesa relativas ao reino de Granada parecem confirmar esta constatação. No mesmo sentido, a tão conhecida e várias vezes citada referência da crónica de Zurara pode ser interpretada como uma diligência isolada do monarca granadino, sem consequências futuras (1).

No entanto, se conjugarmos diferentes elementos, será possível vislumbrar uma realidade ligeiramente distinta. Apesar de tudo, em grande parte do século XV, Granada terá estado presente no espírito dos responsáveis pela política externa portuguesa. O problema não reside tanto em detectar uma diplomacia bi-

lateral entre as duas monarquias, quanto em mostrar em que medida e em que circunstâncias o último reduto muçulmano da Península Ibérica não foi indiferente a Portugal.

2. — Quando, há anos, tentámos determinar os princípios gerais da política externa portuguesa em meados do século XV, atribuindo-lhe uma racionalidade que até então essa política parecia não possuir, defendemos que, à semelhança do que acontecia com Castela, a diplomacia portuguesa se orientava por uma exigência expansionista; por sua vez, essa expansão correspondia a uma estratégia bicéfala, Atlântica e Mediterrânica (2).

Da parte de Castela tal estratégia é, desde há muito, conhecida (3). Da parte de Portugal, a bibliografia tende a sublinhar sobretudo a dimensão atlântica. No entanto, pareceu-nos que a aliança luso-castelhana não se podia explicar nem única nem preferentemente por essa faceta oceânica: tal aliança, que com altos e baixos se vinha delineando já desde a década dos anos 40 e que se confirmaria a partir de meados do século, continha uma forte componente de estratégia expansionista mediterrânica sem a qual era impossível entendê-la totalmente. Com efeito, é esta última vertente que vai explicar uma decisão, tão carregada de consequências, como foi o casamento de Henrique IV de Castela com a irmã do rei de Portugal em 1455. Na verdade, na sequência deste matrimónio, Afonso V de Portugal manifesta uma atenção progressiva à problemática relacionada com Marrocos e com o mundo mediterrânico (4).

Sem pretender inumerar exaustivamente todas as manifestações do que se acaba de escrever, recordemo-nos do projecto de cruzada contra o turco em 1456 (não interessa agora discutir em que medida este projecto corresponde a uma convicção íntima), e, sobretudo, da activação da política de conquista militar no Magreb: conquista de Alcácer Ceguer em 1458, tentativa frustrada de conquistar Tânger em 1463-1464, e projecto não realizado de expedição marroquina em 1460.

3. — Esta dupla componente, Atlântico-Mediterrânica, em boa verdade, contém em si um activo ingrediente marítimo e comercial; no fundo, corresponde a um enquadramento espacial, económico e político, que mais de uma vez temos traduzido graficamente num espaço bi-triangular Mediterrânico-Atlântico, em forma de triângulos inversos com o centro união no estreito de Gibraltar (5).

Assim, e se estes pressupostos correspondem à verdade, não é difícil encontrar uma lógica adequação entre eles e a aliança luso-castelhana, já referida, que se cimentava precisamente nessa altura.

4. — En este ponto que Granada adquire todo o seu valor e dimensão. Como veremos, Granada aparece como um polo de atracção para Portugal: por isso intitulamos esta comunicação *O papel de Granada no horizonte da política pe-*

ninsular portuguesa em meados do século XV.

Com efeito, tal interesse, não constitui um facto isolado: aparece testemunhado precisamente entre os sectores portugueses que patrocinam a expansão marítima e militar, tanto no atlântico como no Mediterrâneo ou nas praças marroquinas. Citaremos 4 exemplos:

Primeiro: em 1411-1412, o rei de Portugal propõe aos monarcas aragões e castelhano a conquista conjunta do reino de Granada (6). A circunstância de que tal empresa não tenha passado de projecto, e que, de facto, tenha redundado na solitária conquista lusitana de Ceuta, não deixa de ter algum significado como já se verá daqui a pouco.

Segundo: em 1433, o Conde Arraiolos proporá claramente a conquista de Granada ao rei de Portugal: «em toda las cousas que homem ha dobrar ha de ter o olho principalmente a hũa fym; e a fym que eu destes feitos olho he o regno de Grade ser metido ao juguo da fe» (7). E, mais tarde, o Infante D. Henrique advogará idêntica opinião (8).

Terceiro: em 1455, forças portuguesas participam activamente nas campanhas granadinas de Henrique IV, e essa eventualidade não parece desagradar a algum dos subscritores dos pareceres de 1460 (9).

Quarto: finalmente, em 1465, tropas lusitanas tentam desembarcar em Málaga, sem êxito, devido a circunstâncias climáticas desfavoráveis (10).

Como se vê, Granada aparece no centro de um conjunto de circunstâncias confluentes: diligências diplomáticas do monarca João I antes da Conquista de Ceuta; apologia da conquista, em mais de uma ocasião, no Conselho Real; participação militar em 1455 e em 1465. Atrás de todas estas circunstâncias, sobressai o pano de fundo das operações militares no Norte de Africa e do fortalecimento da aliança diplomática entre Portugal e Castela. E, assim, na confluência neste pano de fundo que reside o especial significado de Granada para a compreensão da política portuguesa.

5. — Por todas estas razões, pudemos escrever há anos que a conexão do plano de dominio marroquino, posto em prática pelos portugueses, como a tentativa da conquista de Granada feita por Henrique IV, não pode deixar de ser altamente sugestiva (11). Como sabemos, Málaga desempenha então um importante papel no mercado do ouro africano e como porto exportador para o Norte de Africa, alimentador do comércio transaariano de panos e tecidos (12).

Comprendemos agora porque há pouco se escrevia que a aliança luso-castellana teria um importante componente de estratégia económica. Aliás, tal circunstância não é de estranar, já que essa estratégia é bem conhecida em relação à coeva aliança franco-castelhana (13). Neste último caso, desenvolve-se

uma política mercantil de vocação monopolista em relação ao vinho e à lã. No primeiro caso, pretender-se-ia controlar o comércio norte-africano (14). Por isso, esta hipótese não impede, antes facilita, o enquadramento de Granada na política externa portuguesa da época. Vejamos de que modo isso acontece.

Provavelmente será oportuno aludir a uma hipotética inspiração genovesa, cuja presença é bem conhecida tanto em Portugal como na Andaluzia ou Granada (15). Para Portugal o interesse de Granada residia em Málaga, o que quer dizer que o interesse de Granada residia nas linhas de comunicação que por ela directa ou indirectamente passavam. Vê-se, portanto, em que media as razões que tornavam Granada apetecível aos olhos dos portugueses não são na realidade de muito diferentes das que mobilizam a actuação lusitana em direcção as praças marroquinas. Se assim é, pelo menos para os sectores portugueses mais sensibilizados pela importância estratégica e comercial da navegação do estreito, Granada (ou seja, Málaga) representa a outra face da política marroquina.

Recordamo-nos agora do que atrás se referiu a propósito da sugestão de João I de Portugal de coquista conjunta de Granada. Sabemos que tal proposta não foi posta em prática; mas a embaixada enviada pelo rei de Granada ao de Portugal, temeroso de ser ele o visado pela expedição de 1415, mostra que não se tratava de mera sugestão teórica (16). Será também interessante recordar que a defesa da opção granadina no Conselho Real português aparece num contexto caracterizado pela presença das operações militares em Marrocos. Ao defender a sua posição, escreve o Infante D. Henrique ao seu sobrinho Afonso V de Portugal:

«que certo he que, empero que elrrej de Castella diga que Malega he de sua conquista, se os de Malega podem tomar huu lugar de Portugal, que o tomariam com leda vontade. E nom o leixariam de fazer por elrrej de Castella dizer que ssom elles de sua conquista. Pois, que mais direitos podem elles teer contra nos que nos moor nom tenhamos contra eles?» (17).

Aliás, anos antes, fora o próprio rei de Portugal João I quem dissera que o «filhamento da cidade de Cepta pode seer aazo per que sse cobre e aja o rregno de Graada» (18); e idêntica relação entre a monarquia granadina e as praças marroquinas aparece expressa nos pareceres de 1432-1433 (19).

Finalmente, tenha-se em conta que a frustrada tentativa de conquistar Málaga em 1465 surge na sequência da falta de êxito da empresa de Tânger de 1464 (20).

Podemos, portanto, admitir uma primeira conclusão: Málaga aparece, aos olhos dos dirigentes portugueses, como a permanente alternativa à política marroquina, alternativa perfeitamente lógica já que assentam ambas em dois moti-

vos fundamentais idênticos: por um lado, desenvolvem-se no quadro de uma mesma diplomacia luso-castelana, por outro lado, correspondem a uma mesma estratégia económica.

6. — Posta a questão nestes termos, poderemos agora abordar um aspecto complementar: qual o tipo de audiência que Granada teira entre os diversos grupos de pressão que se degladiavam nessa altura em Portugal?

A primeira vista, parece ser difícil dar uma resposta satisfatória. No entanto, pode-se encontrar uma solução, se lograrmos distinguir convenientemente as diversas facetas que tal questão comporta. Com efeito, ao comprovarmos em que medida Granada se não apresenta como polo alternativo isolado na política externa portuguesa, antes constituir um ingrediente dentro do polo mais geral mediterrânico-marroquino, abrimos simultaneamente uma porta de saída eventualmente operativa.

Num trabalho recentemente publicado (21), tentámos fazer uma abordagem compreensiva de alguns dos principais grupos de pressão portugueses em meados do século XV. Tal abordagem desenvolveu-se à volta do que pensamos constituir o problema primordial da nossa política externa de então.

Na verdade, desde que ficou resolvido, na primeira década do século XV, o contencioso luso-castelhano herdado da crise de 1383-1385, deparou-se a Portugal a questão vital de organizar a sua diplomacia ibérica de forma a contemplar simultaneamente horizontes geográficos distintos.

De outra parte, temos a progressiva pacificação no Atlântico como resultado da acalmia do contencioso castelhano-inglês; conveém não esquecer que, indirectamente, tal acalmia subalternizava a margem de intervenção portuguesa nesses mares.

De uoutra parte, temos a crescente importância da área meridional, que, ao agudizar a problemática mediterrânica teria muito provavelmente contribuído para a atenção prestada pelos portugueses ao horizonte marroquino.

Neste contexto, tudo aponta — pelo menos da parte portuguesa —, para a necessidade de uma maior aproximação a Castela. Portugal dificilmente poderia beneficiar das facilidades proporcionadas pelo reino vizinho na área atlântica, indispensáveis para os acordos com as potências do Norte (Inglaterra, Bretanha e Flandres), se desenvolvesse simultaneamente uma política meridional hostil a Castela. No entanto, este propósito vai encontrar pela frente um forte obstáculo diplomático: acontece que tal aproximação é desejada e entendida pelos poderes castelhanos em termos de supremacia (22).

João I de Portugal tem clara consciência dessa dificuldade, e vai tentar superá-la reequilibrando-a através de uma ponte político-diplomático-matrimonial como a casa real aragonesa. Tal ponte acaba por ser traduzir no duplo casa-

mento de D. Duarte, futuro monarca, com a irmã de Afonso V de Aragão, a de D. Pedro, filho segundo, com Isabel de Urgel (23).

No entanto, diversas circunstâncias, hoje-em-dia conhecidas com todo o pormenor, tornaram difícil a consecução deste objectivo de equilíbrio peninsular, provocando indirectamente graves conflitos no seio da sociedade política portuguesa. Bons exemplos disso são problemas que se seguiram à morte de D. Duarte e a guerra civil que desembocou em Alfarrobeira (24).

No entanto, logo a seguir, com o agravamento do enfrentamento castelha-no-aragonês a partir da década dos anos 50, melhora sensivelmente a margem de manobra da monarquia portuguesa: tal agravamento permite que Afonso V construa as bases de uma aliança luso-castelhana organizada em termos de relativo equilíbrio (25). Mas, simultaneamente, levanta-se um problema consequente, ao aquél os sectores dominantes da vida política lusitana tem de dar resposta nos primeiros anos da década de 60: em que media convém manter o *status quo* obtido como a aliança castelhana ou, pelo contrário, se impõe aproveitar a conjuntura para alargar o espaço de manobra diplomático através de uma maior abertura em relação a Aragão e, através desta, em relação aos aliados europeus da coroa aragonesa (26).

No fundo, parece ser este o dilema de base que preside às grandes discussões políticas no interior de Portugal de então. Quando se discute, em 1460, no Conselho Real, a eventualidade de uma expedição militar a Africa, atrás de muitas das divergentes opiniões aí defendidas, acaba por estar presente este aspecto do nosso alinhamento internacional (27). Quem se sentisse mais sensibilizado para uma política ofensiva na área marroquina, naturalmente mostrar-se-ia mais favorável a um alinhamento diplomático com Castela dentro das coordenadas existentes; é o caso do parecer do Marquês de Vila Viçosa (28). Quem, pelo contrario, optasse por um espaço de manobra mais amplo, ao não condicionar tudo em função das praças marroquinas e da consequente aliança castelhana, naturalmente mostrar-se-ia mais favorável a uma política marítima no Mediterrâneo Ocidental e a uma aproximação diplomática em relação a Aragão; em caso do parecer do Infante D. Fernando (29).

Mas, como acontece como frequência, nem sempre os homens conseguem uma vez imbuídos das responsabilidades de governo, praticar uma política coerente com os princípios que antes tinham defendido. Este foi, em certa medida, o drama da regência do Infante D. Pedro: ao preconizar, desde sempre, uma estratégia diplomática, militar e económica de abertura europeia que não estivesse exclusivamente condicionada pela monarquia castelhana, por força de determinadas circunstâncias que, voluntária ou involuntariamente, não soube superar, acabou por praticar uma orientação oposta, ou seja, a total vinculação ao rei-

no vizinho (30). E idêntico sinal de contradição encontramos no seu filho, o Condestável D. Pedro: este, à frente da ordem de Avis, chefiava o grupo de pressão português mais favorável à aproximação castelhana, mas acaba por morrer no seio de uma aventura política e militar que só conjunturalmente se ajusta a essa aproximação (31). Finalmente, a própria Ordem de Cristo não teria mantido uma posição uniforme ao longo de todo o século XV. Pelo menos a partir de 1460, detecta-se, no interior da Ordem, uma sensibilidade mais voltada para linhas de comunicação e espaços marítimos não predominantemente atlântico-marroquinos. Tal alteração seria inspirada pelo Infante D. Fernando, governador da Ordem de Cristo depois da morte do Infante D. Henrique; por isso, teria sido este Infante quem mais claramente se opôs ao volte-face da política externa portuguesa de 1465, quando o monarca Afonso V decidiu regressar à íntima vinculação a Castela típica dos anos 40, e que fez depender a nossa diplomacia, durante alguns anos, exclusivamente do teatro político do reino vizinho (32).

7. — Voltemos à consideração do caso de Granada.

Escrevemos há pouco que Málaga aparece como alternativa à política marroquina da monarquia portuguesa. Neste sentido, o interesse lusitano por Granada deve ser compreendido paralelamente à posição tomada pelos diversos sectores portugueses perante a realidade do Norte de Africa. Foi por isso que nos permitimos a breve referência ao contexto diplomático atrás esboçado.

Estamos, assim, em condições de concretizar alguns paralelismos dentro dos quais aparece o reino de Granada.

Quando Granada é sugerida, no princípio do século, como polo de confluência da conquista conjunta dos três monarcas ibéricos, neste caso, a não efectivação desta conquista surge como a expressão da diplomacia impossível de concretizar, da diplomacia sonhada por João I de Portugal nos anos subsequentes à paz com Castela de 1410.

Quando, mais tarde, o Infante D. Henrique defende a conquista de Granada, muito provavelmente, procura uma saída para a situação de impasse marroquino provocada pelo desastre de Tânger (33). É possível que daqui resulte o seu afastamento em relação ao Infante D. Pedro, seu irmão, que ele tanto tinha apoiado na altura da crise política portuguesa de 1438-1439; pensamos que aqui poderá residir a explicação do estranho distanciamento de D. Henrique perante a tragédia de Alfarrobeira (34).

Quando, finalmente, em 1465, abruptamente, os portugueses tentam pôr o pé em Málaga, isso não significa outra coisa senão uma reacção do sector português pro-mediterrânico ao referido volte-face da diplomacia lusitana desse mesmo ano (35). Aqui, Granada representa a outra face da coetânea crise da estratégia portuguesa no Mediterrâneo, cuja manifestação mais dramática se desenvol-

via então na Catalunha à volta do Condestável D. Pedro. Por isso, o fracasso da tentativa malaguenha constitui uma primeira evidência do fracasso total da referida política mediterrânica que se manifestaria no ano seguinte, com a morte do Condestável D. Pedro em Barcelona e com o regresso a Portugal das tropas lusitanas aí destacadas.

Assim, com o alinhamento de Portugal relativamente a Castela que vai caracterizar a diplomacia lusitana até à batalha de Toro, e com a decorrente secundarização do grupo de pressão favorável a uma estratégia mediterrânica, Granada desaparece do horizonte da nossa política externa.

8. — Podemos, finalmente, admitir uma segunda e última conclusão: o papel de Granada no quadro da política externa lusitana quatrocentista não pode ser encarado isoladamente; deve ser inserido numa estratégia mais vasta de âmbito mediterrânico, numa política de voos mais amplos cujos pontos axiais se situam não só em Málaga, mas também e sobretudo no Norte de África, em Castela e na Coroa de Aragão. Daí o seu grande interesse: constitui um ingrediente decisivo para chegar a uma adqueada formulação conceptual das categorias políticas, estratégicas e económicas que moviam os responsáveis portugueses de então.

NOTAS

- (1) Gomes ENAES DE ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta por el rei D. João I*, Lisboa, 1915, cap. 34, pp. 105-109 («Como os embaxadores del Rey de Graada vieram a el Rey, e do que lhe rrequereram...»).
- (2) Luis ADAO DA FONSECA, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, 1982, pp. 114 e ss; *Navegación y corso en el Mediterraneo Occidental. Los portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, 1978, pp. 9-32; *La época de Enrique IV de Castilla y Juan II de Aragón*, «Historia General de España y América», Madrid, V, 1982, pp. 408-409.
- (3) Vid. nota 22.
- (4) Luis ADAO DA FONSECA, *O Condestável D. Pedro*, pp. 117 e ss.
- (5) Luis ADAO DA FONSECA, *Navegación y corso*, pp. 23-24; *O Porto nas rotas do mediterrâneo Ocidental (vésperas da época moderna)*, «Revista de História, Porto», 3 (1980), pp. 129-133.
- (6) Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Porto, 1949, cap. 106, p. 442; G.E. ZURARA Ob. cit., cap. 7, p. 23 y cap. 8, pp. 24-26.
- (7) Vid. nota 19.
- (8) A publicação mais recente desta carta encontra-se nos *Monumenta Henricina*, XIII, Coimbra, 1972, doc. 69, pp. 119-121, onde indica as publicações anteriores.
- (9) Luis ADAO DA FONSECA, *O Condestável D. Pedro*, p. 88.
- (10) Luis ADAO DA FONSECA, *Navegación y corso*, p. 27 (vid. G. LEVI DELLA VIDA, «Al-Andalus», I (1933), pp. 318-320 e 329).
- (11) Luis ADAO DA FONSECA, *La época*, p. 409.
- (12) Além da bibliografia citada em *Navegación y corso*, p. 29, notas 60 e 61, veja-se: J.HERRS, *Le Shara et le commerce méditerranéen à la fin du Moyen Age*, «Annales de l'Institut d'Etudes Orientales», XVI (1958), pp. 247-255, e M. MALOWIST, *Quelques observations sur le commerce de l'or dans le Soudan Occidental au Moyen Age*, «Annales, E.S.C.», (1970), pp. 1630-1636.
- (13) Georges DAUMET, *Etude sur l'aliança de la France et de la Castille au XIVe et au XVe siècles*, Paris, 1898; Luis SUAREZ FERNANDEZ, «Historia de España», dir. por R. Menéndez Pidal, Madrid, XV, 1964, p. 223; *Historia Social y económica de la Edad Media Europea*, Madrid, 1969, pp. 390-392; J. VALDEON, J.M. SALRACH, J. ZABALO, *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XII-XV)* Historia de España dir. Manuel Tuñón de Lara, IV, pp. 122-123; o que escrevemos em *La época*, p. 408.
- (14) Veja-se a bibliografia indicada na nota 12 e J. VALDEON pp. 123-125.
- (15) Veja-se, além da bibliografia citada em *Navegación y corso*, p. 28, nota 40 e 57; J.HEERS, *Les hommes d'affaires Italiens en Espagne au Moyen Age: le marché monétaire*, «Homenagem a Hermann Kellenbenz», Colonia, 1970, pp. 74-83. Veja-se igualmente a bibliografia citada por Gabriela AIRALDI, *Da Genova al maghreb nel basso Medioevo*, separata de «Italia e Algeria. Aspetti storici di un'amicizia Mediterranea», Milão, s.d., pp. 69-80, e a recensão de G. GALLIANO, *La presenza Italiana in Andalusia nel Basso Medioevo e nel primo arco dell'età moderna*, «Medioevo. Saggi e Rassegne», (1983), pp. 232-234.
- (16) Vid. nota 1.
- (17) Vid. carta citada na nota 8, p. 120.
- (18) G.E. ZURARA, cap. 12, p. 40 (vid. 243-248).
- (19) Estes pareceres foram já várias vezes publicados. As mais recentes encontram-se nos *Monumenta Henricina*, IV, Coimbra, 1962, onde se indicam as publicações anteriores, e *Livro dos Conselhos de El-Re D. Duarte*, ed. J.J. ALVES DIAS, Lisboa, 1982. Parecer do conde

de Arraiolos: *Monumenta Henricina*, doc. 21, pp. 99-108; *Livro dos Conselhos*, pp. 56-64; Parecer do infante D. João: *Monumenta Henricina*, doc. 23, pp. 111-123; *Livro dos Conselhos*, pp. 43-49; Parecer do conde de Barcelos: *Monumenta Henricina*, doc. 24, pp. 123-126; *Livro dos Conselhos*, pp. 65-68. Parecer do conde Ourém: *Monumenta Henricina*, doc. 26, pp. 129-133; *Livro dos Conselhos*, pp. 69-73. Sobre este tema, veja-se: Domingos MAURICIO GOMES DOS SANTOS, *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, 1960; E.A. BORGES NUNES, *O parecer do Infante D. João sobre a ida a Tânger*, «Brotéria», 66 (1958), pp. 269-287; V. MAGALHÃES GODINHO, *A economia dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, 1962, pp. 109-127. Este aspecto é abordado também por L.M. DUARTE, *Tânger: os soldados do palanque*, Porto, 1984 (policopiado; trabalho apresentado na Faculdade de Letras do Porto o no âmbito das provas de capacidades pedagógicas e de aptidão científica).

- (20) Sobre a tentativa fracassada de conquistar Tânger em 1464, veja-se a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* de Gomes EANES DE ZURARA. Lisboa, 1978, pp. 311 e ss (vid. a referência da *Crónica*, p. 295).
- (21) Luis ADAO DA FONSECA, *Algumas considerações a propósito da documentação existente em Barcelona respeitante à Ordem de Avis: sua contribuição para um melhor conhecimento dos grupos de pressão em Portugal em meados do século XV*, «Revista da Faculdade de Letras. História», 2.ª. Série, I, (1984), pp. 19-56.
- (22) Luis SUAREZ FERNANDEZ, *Algunos datos sobre la política exterior de Enrique III*, «Hispania», X, (1950), pp. 539-593; *Política internacional de Enrique II*, «Hispania», XVI (1956), pp. 16-129; *Aragón y Portugal en la política de Don Alvaro de Luna*, «Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos», LIX (1953), pp. 117-134; *El Atlántico y el Mediterraneo en los objetivos políticos de la Casa de Trastámara*, «Revista Portuguesa de História», V (1951), pp. 287-307.
- (23) Veja-se Luis ADAO DA FONSECA, *O Condestável D. Pedro*, pp. 17-20.
- (24) Humberto BAQUERO MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira-Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, 1973, assim como a bibliografia aí citada.
- (25) Luis ADAO DA FONSECA, *O Condestável D. Pedro* (ob. cit. nota 2), p. 63-91.
- (26) *Ib.* pág. 111-125.
- (27) Antonio GOMES DA ROCHA MADAHIL, *A política de D. Afonso V apreciada em 1460*, «Biblos», VII (1931), pp. 35, 123 e 257; Luis ADAO DA FONSECA, *Uma carta do Condestável D. Pedro sobre a política marroquina de D. Afonso V*, separata da «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto História», I (1970), os pareceres então emitidos foram recentemente publicados nos *Monumenta Henricina*, XIII, pp. 295-328.
- (28) Vid. nota anterior.
- (29) Vid. nota 27.
- (30) Humberto BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, «Arquivos do Centro Cultural Português», I (1969), pp. 53-79.
- (31) Luis ADAO DA FONSECA, *O Condestável D. Pedro*.
- (32) *Ib.* pp. 212-216.
- (33) Vid. as observações de J.M. SILVA MARQUES, publicadas nos *Monumenta Henricina*, XIII, pp. 118-119, nota 1.
- (34) Humberto BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, «Arquivos do Centro Cultural Português», I (1969), pp. 53-79.
- (35) Veja-se nota 32.